



## A artificialidade na passagem do discurso oral para o discurso escrito nas aulas de língua portuguesa do telecurso 2000

*Mônica Oliveira Santos*  
PET/CAPES /UFPB/ Campus II  
*Luiz Francisco Dias*  
UFPB/ Campus II

### *Introdução*

Como se sabe, o ensino de Língua Portuguesa nas escolas convencionais é, ainda, bastante questionável em muitos dos seus aspectos. Ele não considera a noção de variação linguística, não leva em conta a linguagem falada e trabalha com uma linguagem “estática”, ignorando as referências discursivas. Esse ensino é ainda mais precário no que se refere ao trabalho com a linguagem oral e com os níveis de formalidade do discurso. O Discurso Oral é tomado, apenas, como ‘anti-modelo’, ou seja, o que deve ser evitado, deixando de ser explorado enquanto processo ativo na linguagem; e os níveis de formalidade textual são encarados apenas como dois parâmetros que classificam a linguagem como formal (escrita) ou informal (oral), deixando de conferir ao texto (oral ou escrito) uma posição numa ‘escala’ de formalidade, atribuindo-lhe a propriedade de ser mais ou menos formal de acordo com sua natureza.

O Telecurso 2000 (TC 2000) foi elaborado com o intuito de superar esses problemas. A título de maior clareza, procuraremos fazer agora uma breve apresentação dos objetivos e procedimentos do TC 2000 em suas aulas de Língua Portuguesa. Conforme o documento **Fundamentos e Diretrizes do Telecurso 2000**, da Fundação Roberto Marinho, o projeto pedagógico do Telecurso incide sobre os conteúdos básicos do ensino de 1º e 2º graus e do Profissionalizante em mecânica. Além da parte de

ensino dos conhecimentos básicos, busca-se expor o aprendiz a situações de vida que lhe permitam firmar atitudes de cidadania indispensáveis ao desenvolvimento individual na sociedade. O Telecurso busca atender, prioritariamente, a jovens e adultos que desejam fazer o curso ou complementar sua escolaridade até o nível de segundo grau, bem como adquirir competências básicas para o exercício de uma profissão. O indivíduo mais visado para a aplicação desse trabalho é o operário que parou de estudar. Para abranger esta classe, as federações de indústrias dos estados têm implantado as Telesalas dentro do ambiente de trabalho desses operários.

Elegemos o TC 2000 para objeto de nossas reflexões pelo fato deste apresentar uma estrutura peculiar, no que se refere à realização das suas aulas, aqui em especial as de Língua Portuguesa. São diversos fatores que convergem para a construção deste perfil pedagógico tão distinto (aparentemente) das aulas convencionais de português. Além de dispor de todo o aparato técnico televisivo (som, imagem, cor, animação, entre outros), realizar-se à distância e ser produzida em função das *'Cenatextos'*, (representações de cenas informais da vida cotidiana), a *'Teleaula'* do Telecurso ainda se diferencia das aulas convencionais por conferir à linguagem cotidiana uma consideração especial, no que diz respeito ao seu aspecto oral e escrito. Dessa forma, o Telecurso 2000 se propõe a trabalhar com o que os seus organizadores consideram ser o discurso de "falantes reais". Entretanto, a proposta do Telecurso está distante de uma concepção de texto que seja conseqüente em relação a este avanço. Nosso estudo pretende fornecer subsídios para verificar, nos elementos da Teleaula que se mostram inovadores, os aspectos que denunciam as concepções de Oralidade e de Escrita, e de níveis de formalidade subjacentes à proposta do TC 2000, bem como a construção da textualidade. Pretendemos questionar se o Telecurso dispõe de uma metodologia realmente adequada para tratar a linguagem cotidiana, levando em conta a importância da diferença entre Discurso da Oralidade e Discurso da Escrita, e do tratamento adequado dos níveis de formalidade.

Para desenvolver estas reflexões, nos apoiamos na teoria da Análise do Discurso, sobretudo em suas considerações acerca das concepções de texto e da relação entre Discurso Oral e Discurso Escrito (ORLANDI, 1988 e GALLO, 1995).

Para implementar este estudo, gravamos um total de trinta e oito aulas em VHS, das quais selecionamos para análise os módulos: “Conte uma história”, “Fala, cidadão”, “Assino ou não assino”, “Diz aí, galera” e “Vale o escrito”. Estas aulas podem ser encontradas pela ordem e completas nos fascículos de Língua Portuguesa volumes 2 e 3. As aulas de Língua Portuguesa procedem-se basicamente a partir de uma história criada por um personagem-escritor (Machado), que escreve pequenos enredos sobre fatos do cotidiano (Cenatextos). Elas são montadas a partir de momentos que se apresentam como: Cenatexto, Redação, Dicionário, Entendimento e Reflexão.

## 1. Texto, Discurso Oral e Discurso Escrito

Apresentaremos a seguir algumas reflexões acerca da concepção de texto e de suas condições de produção, bem como dos conceitos de Discurso Oral e de Discurso Escrito e a possibilidade de passagem de um para o outro.

De acordo com Orlandi & Guimarães (1988), o conceito de texto está indissolivelmente ligado aos conceitos de linguagem e significação. A relação que liga os sentidos às condições em que eles são produzidos é determinante para a construção da linguagem. Essas condições se constituem, principalmente, pelo contexto histórico e social.

Segundo esses autores, o que define um texto é o fato de ser ele uma unidade em relação às suas condições de produção e não um produto inacabado e ambíguo sem relação com o seu universo maior e referencializador que é o discurso. Portanto, um texto pode se constituir de uma palavra, frase ou seqüência de um grande número de frases. Uma frase tem determinado significado em função do texto de que faz parte, considerando-se que a situação é fundamental para a construção do texto. O texto deve ser consistente no que se refere à situação que lhe é exterior. A estruturação de um texto se dá pela organização de um conjunto de enunciados, como uma unidade. À AD interessa, pois, o conceito de texto como contraparte do conceito de discurso. O discurso, por sua vez, é o sustentáculo que garante a significação das palavras. Conforme Orlandi (1996: 52), *“Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, porque a sua interpretação deriva de um*

*discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa.”*

Ainda nesse sentido, preocupamo-nos em deixar clara a nossa opinião de que a compreensão do processo de passagem do Discurso da Oralidade (DO) para o Discurso da Escrita (DE) (tanto por parte do professor quanto do aluno) é condição para conferir ao aluno possibilidades de atingir, na prática, a noção de texto que julgamos teoricamente adequado. A produção do estudante, quando este entra na escola, se inscreve no DO e assim prossegue desde a alfabetização até o fim de sua escolaridade e pelo fato da escola não ensiná-lo a produzir em DE tudo que ele poderá produzir é cópia do padrão escrito com um sentido ambíguo e inacabado. No entender de Gallo (1995), a escola apresenta aos alunos o discurso escrito como modelo, mas não ensina a produzi-lo.

Segundo a autora o processo da passagem do DO para o DE só se realiza se o aluno produz o texto, ou seja, se posiciona como autor, nas seguintes situações:

a) *Está inscrito em um discurso institucionalmente produtivo (livro, jornal, palestra, gibi etc...);*

b) *Se situa no exato “impossível” do D. P.[isto é, assume-se enquanto sujeito no Discurso Pedagógico] e, por esse motivo, rompe seus limites em busca de um “possível” que será necessariamente assumido por esse sujeito;*

c) *Reconhece uma ambigüidade permanente no sentido construído, mas apesar disso produz um “fecho” para o texto, compreendendo, finalmente, que a figura do autor (a função do autor) é responsável pela produção do efeito de sentido de “fim” para aquilo que era somente um “fecho” .*

(Gallo,1995: 106)

Com isso Gallo mostra a grande diferença entre re-produzir e produzir um texto de DE Segundo a autora,

*“O texto do D.O. sempre terá a função-autor elaborada, mas é na escola que essa elaboração poderia e deveria ser explicitada. No entanto, sabemos que a escola, na maioria dos casos, não permite nem função-autor (reprodução do D.E.), muito menos a explicitação dessa elaboração (passagem do D.O. para o D.E.).*

(Gallo, 1995: 107)

Conforme Gallo et alii (1987: 40-2), é importante considerar que o que assegura a constituição do sujeito como autor não é ainda o que ele diz, mas a maneira como o faz, em qualquer que seja o tipo do discurso em que esteja inserido. Nesse sentido, o sujeito está garantindo a autoria de seu texto. A função-autor é assegurada no exato momento em que o sujeito estabelece uma relação de sustentação entre as “bases” sobre as quais seu texto se constrói. Segundo a autora, *“Os elementos que estão na base de um texto desse tipo são de duas naturezas: a) elementos do contexto sócio-histórico; b) elementos textuais (locutor / enunciador). A realização, no texto, do seu contexto histórico, tem que ser necessariamente uma função do autor. Isto porque só o autor tem o projeto total do texto e pode garantir, através dessa realização, a sua unidade.”* (pp. 42)

## 2. Discurso da Oralidade e Discurso da Escrita no TC 2000

Uma vez que o Telecurso se propõe a trabalhar com a linguagem cotidiana, privilegiando, assim, a linguagem falada em seu contexto enunciativo ‘natural’, pretendemos verificar a questão da ‘artificialidade’ na linguagem do Telecurso, no sentido de avaliar os prejuízos acarretados por esta, em relação à pretensão de se trabalhar com a linguagem falada. O ponto de partida de nossa análise acerca da proposta de ensino do Telecurso 2000 será o procedimento de composição textual utilizado em suas teleaulas. Sob esta perspectiva, julgamos importante especular um fator especial na construção textual do Telecurso: as cenatextos. Elas são produzidas por um personagem recorrente em todas as teleaulas. Trata-se do personagem/escritor Machado. Tanto as histórias, quanto a situação de escritura criadas pelo personagem/escritor “Machado” são textos, ou melhor, roteiros pré-escritos que simulam situações cotidianas, onde prima a língua oral ou informal.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é justamente o caráter *simulado* da oralidade que se instala nas teleaulas. Não temos nas teleaulas textos verdadeiramente ‘espontâneos’, mas sim cenatextos (ou mini-novelas) pré-escritas que simulam situações de fala informal e oral.

A partir deste ponto, apresentaremos alguns aspectos relativos à

abordagem da ‘artificialidade’ na elaboração textual no TC 2000. Dentre os principais aspectos que achamos pertinente mencionarmos, temos a **artificialidade textual**:

- a) na passagem de textos informais para textos formais;
- b) na abordagem de jargões profissionais e populares;
- c) na composição do texto, tendo em vista a questão gramatical;
- d) na utilização do dicionário.

Tais aspectos participam conjuntamente do processo de ensino de língua no TC 2000, e estão ligados por um traço comum que é o da ‘simulação’ da fala oral, ou, para nós, ‘artificialidade’ textual. Analisaremos esses aspectos e verificaremos se eles constituem um avanço em termos de ensino de língua materna ou reafirmam a posição convencional de ensino.

Quanto ao primeiro aspecto, verificamos um problema na proposta de reescritura e passagem de textos *orais ou informais para textos escritos ou formais*. Vejamos o exemplo da Cenatexto do módulo ‘*Conte uma história*’. Lá, apresenta-se um texto em que dois moradores do morro, integrantes de uma escola de samba, estão discutindo e se utilizam da linguagem estritamente informal (gíria carioca). Esses moradores utilizam termos como “maluco”, “cara”, “mermão”. Mas, na proposta de reescritura, o que se verifica é uma situação por demais artificial: os moradores do morro agora se tratam por “cavalheiro”, por exemplo. Vejamos os textos:

(1) informal

- \_ *E aí, Manecão? Tu acabou com nossa festa, maluco!*
- \_ *Será que tu num verificô comê que tava os troço lá? Tu é sujo mermão! Eu sei que foi sujeira, e da grossa!*
- \_ *Sabe o que eu queria fazer agora? Quebrar a tua cara, maluco!*

formal

- \_ *Devo dizer, seu Manecão, o senhor arruinou nosso desfile, cavalheiro!*
- \_ *Será que o senhor não supervisionou o trabalho de seus assistentes? Trata-se de um caso de irresponsabilidade! Sem dúvida! Estou ciente de que foi falta de profissionalismo de sua parte.*

— *Se fosse para obedecer aos meus instintos, eu partiria para a agressão física.*

(módulo. “Conte uma história”)

Como vimos, não houve uma simples substituição de termos que conferisse ao texto oral qualidades de texto escrito dentro da realidade cotidiana vivida na cenatexto. Houve, sim, uma mudança radical do texto oral para uma modalidade formal, fora da realidade vivida na cena. Vemos aqui que apesar de serem, sem dúvida, dois textos diferentes e pertencentes à realidades diferentes (um é incisivo o outro é eufêmico), o Telecurso insiste em classificá-los como simples passagem de um texto informal para sua “correspondente” modalidade formal, dentro de uma mesma situação. Temos aqui um exemplo do que Gallo (1995) afirma como ausência do caráter de produção do discurso escrito e sua conseqüente defasagem na passagem do “Discurso da Oralidade” para o “Discurso da Escrita”. A autora propõe que esta passagem se dê respeitando os limites e autenticidade de cada situação e do indivíduo que a produz. Percebemos que a artificialidade da linguagem ‘*pré elaborada*’ invade o terreno da verossimilhança da fala que deveria ser ‘real’, ou natural, impedindo a passagem desta pelos níveis de formalidades aceitos na situação em estudo.

Quanto ao aspecto da *abordagem de jargões profissionais e populares*, percebemos que o TC 2.000, recorrentemente em suas aulas, explora jargões, sejam estes gírias ou linguagem técnica própria de uma profissão (banco, oficina, empresa, gíria etc). Como pudemos perceber no exemplo anterior de texto informal, temos uma situação em que a linguagem predominante é a gíria carioca. Vejamos outros exemplos:

(2) (cenatexto-escritor Machado)

— *Diz aí, galera qualé o babado?*

— *Que é isso, Alencar? Ficou Louco?*

— *Que nada! Vocês não me disseram que queria uma idéia diferente para escrever a história de hoje? Eu tive essa idéia! Vamos escrever uma que é um rap!*

— *Ah! Legal! Uma festa na fábrica Santa Gertrudes com a participação dos nossos personagens...*

— *Embalada pelo show do grupo de rap LDs.*

(história)

— *E agora o show mais esperado do ano ! Os Lds ! com nossos colegas da produção!*

— *Leozinho!*

— *Aí, galera!*

— *Dani!*

— *Tudo em cima? Prontos prá curtir o nosso rap?*

— *Dingo!*

— *Então se liga que o Lds está pronto prá arrazar ! Você vai entrar no mundo do Hip hop. (...)*

(módulo. “Diz aí galera”)

Como vimos, apesar de nas Teleaulas serem apontados diversos jargões que representam ora a linguagem técnica peculiar a uma profissão, ora a linguagem própria de alguns grupos sociais, o que teria seu valor numa nova metodologia de ensino de Português, a artificialidade com que é construído o texto afasta-se daquilo que seria a fonte original dos jargões. Aliado a isso, temos a falta de objetividade metodológica com que se aplica esta proposta pedagógica. O grau de incompletude com que se constitui este ‘texto’ o leva a ser julgado ou como ridículo, ou como sem sentido. Nessa proposta, o Telecurso não explora o valor ativo da linguagem oral abordada (gíria/rap), nem aproveita a ocasião para verificar o nível de formalidade que é própria desse tipo de texto (a partir de uma música de rap ou outra coisa do gênero que estivesse histórico-ideológico-socialmente contextualizada), ao contrário, ele apresenta um texto artificialmente pré-elaborado que enfatiza, ‘pretextualmente’, algumas palavras do universo rap e, com isso, acredita estar oferecendo a seus alunos a oportunidade de conhecerem a linguagem oral dentro de uma de suas muitas facetas.

Quanto ao aspecto da relação entre a produção e os fatos gramaticais, percebemos que a proposta do TC 2000 de trabalhar com textos da “vida” cotidiana fracassa ao apresentar cenas forçadas, com o pretexto de abordar determinados aspectos da gramática. Vejamos os casos a seguir:

(3) *(historinha)*

— *Isso é blá, blá, blá !*

— *Que zum, zum, zum é esse ?*

— *Olha a zueira !*

— *Ué, por quê ? Vamo, Vamo ter que sussurrar agora?*

- \_ *Quá, quá, quá !*
- \_ *Qualé, vai xispar ?*
- \_ *Xixi !*

(módulo: "Assino ou não assino")

(4) *(historinha)*

- \_ *Também assisti um bom filme ontem!*
  - \_ *O filme teve algum acidente?*
  - \_ *Claro que não ora ! Que pergunta!*
  - \_ *Então você não assistiu um filme ontem!*
  - \_ *Por quê ?*
  - \_ *Quer vêr o que é assistir um filme?*
- (pega o filme e joga no chão)*
- \_ *Rápido, chamem ajuda o filme caiu, coitado !*

(módulo: "Assino ou não assino")

(5) *(entrevista)*

*(local: ginásio onde uma grande torcida está assistindo a um jogo de basquete; cena: uma repórter faz uma pergunta a alguns espectadores e eles respondem.)*

- \_ *Você gostou?*
- \_ *Gostou de quê?*

(módulo: "Assino ou não assino")

Como vimos nos exemplos acima, a artificialidade nos faz refletir sobre que conceitos de textualidade subjazem à proposta do TC 2000. Qual a finalidade do trabalho com o texto? No primeiro exemplo, o trabalho com o texto foi introduzido a pretexto de se estudar a onomatopéia; no segundo caso, vimos que o texto, elaborado numa situação potencialmente artificial, funciona apenas como pretexto para a explicação do funcionamento do verbo assistir a partir dos moldes da gramática tradicional, moldes esses que estão longe das situações de ocorrência do verbo no cotidiano; no terceiro caso, apesar de a situação de fala dispensar o uso do objeto direto, o personagem artificialmente e (incoerentemente) pergunta ao repórter do que ele está falando (se os falantes estavam no lugar e na hora da ocorrência enunciativa, é claro que eles saberiam do que o repórter estaria falando, e responderiam se tinham, ou não, gostado do jogo, no caso). Percebemos que o Telecurso

se divide entre aplicar uma metodologia que abranja os fenômenos relacionados à enunciação, e não desvincular-se das normas lingüísticas da Gramática Tradicional. O resultado disso, evidentemente, não é positivo.

Com relação ao último aspecto, o da *artificialidade na utilização do dicionário*, percebemos que a utilização do dicionário na Teleaula (para consulta, pesquisa etc) é uma prática recorrente e muito valorizada, no que se refere a aquisição da língua culta. porém, aqui, também, fracassa a proposta do Telecurso, tanto no que se refere à artificialidade textual, quanto no que diz respeito às concepções de “aquisição de língua”. Percebemos que o texto é construído com o pretexto de destacar algumas palavras, para consulta no dicionário. Vejamos o exemplo:

(6) *(cenatexto - Machado)*

*Tem um pedaço aí que cê fala uma ... é uma palavra que eu acho difícil, mas toda firma tem.*

*Psicóloga. (...)*

*É isso mesmo! Eta palavrinha pernóstica ! Psicóloga ! (...)*

*Olha! Aqui está dizendo que a terminação logo ou loga indica profissão do sujeito.*

(módulo: “Vale o escrito”)

No exemplo acima, vemos que ironicamente o personagem não conhece a palavra “psicóloga”, que é muito comum, porém conhece a palavra “pernóstica”, que, pelo contexto, poderia oferecer maiores dificuldades para se encontrar o seu significado.

Como se pode verificar, esse problema alcança grandes proporções, o que nos leva a crer que os textos elaborados pelo TC 2.000 não passam de pretexto para ensino da gramática ou consulta ao dicionário, assemelhando-se muito à metodologia aplicada pelos manuais tradicionais de ensino. E a artificialidade lingüística com que são elaborados os textos os distancia significativamente do que se poderia considerar ‘linguagem cotidiana’, como quer a pedagogia do Telecurso.

### 3. Conclusão

De acordo com o que pudemos observar, acerca da proposta

pedagógica de ensino de língua portuguesa do Telecurso 2000, dentre os demais aspectos que concorrem para o fracasso dessa proposta, destacamos artificialidade na passagem do Discurso da Oralidade para o Discurso da Escrita. Percebemos que quanto a este aspecto, o Telecurso não demonstra ter uma metodologia de ensino objetiva e definida para abranger a língua falada, muito menos a passagem do Discurso da Oralidade para o Discurso da Escrita. O TC 2000, em sua proposta, equivoca-se ao confundir o texto com o espaço aberto para o treino ortográfico e gramatical, em que o aluno é um mero imitador daquilo que se considera padrão em linguagem, desconsiderando papéis importantes como o da criação, o da autonomia, e o da autoria. Acreditamos que um dos principais problemas na metodologia do TC2000 é a tentativa de trabalhar com duas propostas antagônicas, ou seja o fato do TC2000 privilegiar o trabalho com a linguagem cotidiana sem querer se desvincular dos moldes convencionais da GT.

#### *Referências Bibliográficas*

- Fundação Roberto Marinho. **Telecurso 2000: fundamentos e diretrizes**. Rio de Janeiro / São Paulo, s/d.
- GALLO, Solange Leda. **Discurso da Escrita e Ensino**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.
- \_\_\_\_\_ et Alii. **Sobre a história do contador de histórias**. IN: DURIGAN, J. A. et Alii. *A Magia da Mudança*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987. p. 31 - 43.
- ORLANDI, Eni P. **Linguagem e seu Funcionamento; as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ORLANDI, Eni P. & GUIMARÃES, Eduardo. **Texto, Leitura e Redação**. São Paulo: SE/CENP, 1988.